



1290001101



UNIVERSIDADE ESTADUA TCC/UNICAMP Ev14a

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

ASPECTOS DA TRAJETÓRIA OCUPACIONAL DOS CHEFES DE FAMÍLIA DA RMSP NOS ANOS 90

Orientador: Prof.^a Dr.^a Eugenia Troncoso Leone
Aluna: Priscila Honório Evangelista – RA 003275

RESUMO

Esse estudo buscou relacionar a trajetória ocupacional dos chefes de família da Região Metropolitana de São Paulo na década de 90 como um indicador de mobilidade social a fim de se entender alguns aspectos do mercado de trabalho brasileiro nesse período.

A análise das condições de mobilidade desses chefes foi realizada com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para o ano de 1996, na qual categoriza os chefes e os pais desses chefes em grupos de ocupação semelhantes.

Com base nessas informações, realizamos a comparação do grupo ocupacional do pai desse chefe quando ele tinha 15 anos com o grupo ocupacional atual do chefe tendo, assim, uma perspectiva da mobilidade intergeracional. Fizemos também a comparação do grupo ocupacional atual do chefe de família com o grupo ocupacional de seu primeiro emprego tendo, com isso, uma perspectiva da mobilidade intrageracional.

Assim sendo, tivemos condições de detectar alguns fatores que influenciaram na definição do grupo ocupacional atual do chefe estudado. Além disso, pôde-se traçar a dinâmica da mobilidade desse chefe na década estudada e confrontar esse perfil de mobilidade com as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho no mesmo período.

ÍNDICE

RESUMO	2
<u>1 – INTRODUÇÃO</u>	<u>4</u>
1.1 – POR QUE ESTUDAR A MOBILIDADE?	4
<u>2 – O CENÁRIO ECONÔMICO</u>	<u>5</u>
<u>3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E MOBILIDADE</u>	<u>9</u>
<u>4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO EMPREGO</u>	<u>15</u>
<u>5 - ESTUDO DA TRAJETÓRIA OCUPACIONAL</u>	<u>17</u>
5.1 – METODOLOGIA:	17
5.2 - A ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO (BASEADO EM PASTORE, 2000) :	20
5.3 - A TRAJETÓRIA INTERGERACIONAL	24
5.3.1 - O PESO DA HERANÇA SOCIAL	29
5.3.2 - O PESO DAS OCUPAÇÕES MANUAIS	30
5.4 - A TRAJETÓRIA INTRAGERACIONAL	31
<u>6 – PRINCIPAIS CONCLUSÕES</u>	<u>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</u>
<u>7 – BIBLIOGRAFIA</u>	<u>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</u>

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – Por que estudar a mobilidade?

Se buscarmos nos dicionários de sociologia, a ausência da mobilidade numa sociedade é reflexo de uma estrutura social estagnada em que não se nota progresso social nem promoção humana.

Ainda segundo os sociólogos, as sociedades humanas se desenvolvem socialmente na medida em que elevam o padrão de vida de sua população e equalizam sua estrutura social tendo a mobilidade social como principal mecanismo dessa equalização. Nesse sentido, a mobilidade pode ser usada como indicador de desenvolvimento social.

O tipo de mobilidade que melhor desempenha a função de indicador de desenvolvimento social é a mobilidade vertical, aquela que se refere à transição de um indivíduo de um nível para outro. Dessa forma, o estudo da mobilidade vertical relaciona a posição social do presente com a do passado procurando identificar a maneira como os indivíduos se dispõem nos diversos níveis da estrutura social no decorrer do tempo.

A mobilidade refere-se, então, a mudanças de *status* social que pode ser tanto ascendente quanto descendente. A maior preponderância de um ou de outro movimento depende do estágio de desenvolvimento da sociedade analisada.

Nas sociedades de estágio inicial de desenvolvimento a equalização da estrutura social tende a depender unicamente da criação de novas oportunidades com predomínio da mobilidade ascendente. Na medida em que a sociedade atinge um alto nível de emprego e diferenciação social, a ampliação da classe média tende a depender de trocas de posições nas quais uns sobem e outros descem na estrutura social.

A mobilidade, portanto, reflete a dinâmica interna da sociedade. Quando se analisa, por exemplo, a mobilidade intergeracional (a que ocorre de pai para filho), surgem condições bastante favoráveis para comparar-se a sociedade de hoje com a de décadas atrás. Isso permite caracterizar as grandes tendências da estrutura social e o que tem ocorrido com os vários estratos e classes

sociais. Constata-se, então, que é o estudo da mobilidade que nos proporciona uma visão da posição relativa das diversas camadas sociais e da própria desigualdade social ao longo do tempo (Pastore, 2000).

Tendo essa constatação em mente, essa pesquisa se prontificou em fazer um estudo da trajetória ocupacional dos chefes de família da Região Metropolitana de São Paulo na década de 90 como um dos indicadores de mobilidade social. Interessa analisar os aspectos que contribuem para a "ascensão social" desses chefes, sejam aspectos relacionados à herança social ou tipo de trabalho (manual, não-manual), sejam aspectos ligados às transformações do mercado de trabalho.

Optou-se pelo chefe de família como unidade de análise da pesquisa devido à grande participação da família nuclear na constituição dos domicílios brasileiros. Acredita-se que conhecido o estrato ocupacional no qual o chefe de família se encontra, poderemos fazer uma remontagem o mais próximo possível da estrutura ocupacional brasileira. Quanto à escolha da Região Metropolitana de São Paulo, argumentamos ser a metrópole com maior variedade de ocupações e a mais sensível às mudanças na economia brasileira.

Localizando esses estudos num cenário de abertura comercial e reestruturação produtiva sofridas pela economia brasileira nos anos 90 poderemos identificar a trajetória ocupacional dos chefes estudados e o perfil do mercado de trabalho do qual faziam parte.

Assim sendo, levantamos as mudanças que ocorreram no sistema ocupacional e nos indivíduos ao longo da década e as relacionamos com o ritmo e a natureza das transformações que ocorrem no mercado de trabalho no mesmo período.

2 – O CENÁRIO ECONÔMICO

Após uma década marcada pelo enfraquecimento do Estado nos âmbitos financeiro, político e institucional, esgotamento do dinamismo da economia industrial, e desarticulação do padrão de acumulação vigente desde meados dos anos 50, o Brasil entra nos anos 90 com expectativas não muito animadoras.

O índice de inflação e o déficit público se encontravam em patamares alarmantes. Depois da vitória de Collor e durante os primeiros anos da década de 90, instaurou-se um plano que combinava ajuste recessivo com congelamento de preços e salários a fim de estabilizar a economia a curto prazo. Para a estabilização a longo prazo anunciou-se algumas reformas estruturais: reforma administrativa, abertura da economia e privatizações, seguindo a receita neoliberal.

A política monetária conseguiu reverter as expectativas inflacionárias de curto prazo, contudo, as incertezas e a lentidão das reformas estruturais acabaram desestabilizando as expectativas de longo prazo, cujas conseqüências foram a de fazer retornar ao sistema a instabilidade conjuntamente com a recessão econômica.

Surge o Plano Collor II apresentando os mesmos objetivos do anterior: contenção da inflação, ajuste das contas públicas, desindexação geral da economia e manutenção do processo de abertura econômica. Entretanto, a ausência de confiança dos agentes econômicos inviabilizou o plano. A inflação continuou em patamares elevados e, apesar de uma leve recuperação, a economia encontrava-se ainda em recessão.

Com a posse do, até então ministro, Fernando Henrique Cardoso é estabelecido um plano de privatizações e um ajuste fiscal rigoroso associado à contração de liquidez na economia. Estas reformas foram realizadas num contexto de relativo crescimento econômico, com aumento dos salários reais e uma receita agrícola favorável. A inflação apresentava no momento taxas mensais de 30%.

Numa conjuntura em que são retomados os fluxos financeiros externos, dívida interna baixa, acúmulo de reservas internacionais, ausência de choques externos e de choques agrícolas e balanço de pagamentos equilibrado; inicia-se a implementação do Plano Real.

Com o intuito de eliminar por completo a memória inflacionária resgatando a noção de preço relativo na economia, criou-se a URV antes da reforma monetária propriamente dita. Posteriormente, implementa-se o plano que vem ratificando a abertura econômica brasileira e assumindo o dólar como âncora cambial.

O Plano Real veio com o objetivo de reduzir a inflação, o que realmente aconteceu, com o estímulo proporcionado pelo aumento das importações de bens duráveis e não-duráveis, associado a uma diminuição abrupta das alíquotas. Houve ganho salarial real com a implantação do plano pois a extinção do imposto inflacionário provocou uma elevação do poder de compra dos assalariados que se verifica através do aumento do consumo, estimulando o crescimento da economia (Deddeca, 1997).

Por outro lado, a combinação do crescimento da demanda com o câmbio excessivamente valorizado e, os efeitos da abertura comercial, levaram à deterioração da balança comercial que apresentou déficits crescentes a partir de 1994. Perdeu-se grau de liberdade da política monetária interna que ficou completamente atrelada à manutenção da política de estabilização. Altas taxas de juros passam a ser praticadas para se manter o financiamento do déficit nas transações correntes. Manteve-se um câmbio fixado, definindo bandas de variação, e utilizou-se da grande massa de capital especulativo internacional disponível no período. O contexto da globalização financeira entra nesse ponto com o livre fluxo de capitais entre as fronteiras. Submeteu-se, portanto, a manutenção da estabilidade de preços à lógica especulativa e ao mecanismo de arbitragem internacional, às custas de elevadas taxas de juros e conseqüente aumento do peso do serviço da dívida no déficit do balanço de transações correntes brasileiro.

No que tange ao mercado de trabalho, os anos 90 apresentaram uma reestruturação empresarial e abertura comercial, proporcionando a queda do emprego formal em favor de trabalhos por conta própria, responsáveis pela maior parte do aumento da ocupação urbana no período de recuperação da atividade econômica após 1993 (Mattoso e Baltar, 1997).

A queda do emprego formal na indústria, principalmente na de transformação, não teve como causa apenas a redução da produção, mas também o processo de modificação na organização dos processos produtivos empresariais na indústria (automação, importação de máquinas e matérias-primas e mudanças na forma de gerenciar a produção e o trabalho). Essa modificação nos processos significou não apenas racionalização e aumento da produtividade, mas também terceirização de funções e importação de bens intermediários que antes eram fornecidos pelas empresas nacionais (Baltar e

Proni, 1996). O acionamento da competição levou as empresas a buscarem eficiência e qualidade como forma de maior inserção internacional. A mudança nos meios produtivos exigiu do trabalhador uma maior qualificação e polivalência dos operários, já que se trabalhava com máquinas de tecnologia avançada (Coutinho, 1992).

A contrapartida do mal desempenho de emprego formal foi o aumento do desemprego e das ocupações informais, podendo refletir uma profunda modificação no padrão de uso da força de trabalho.

Um ponto relevante é o perfil extremamente assimétrico e disperso que caracterizou a distribuição de salários no mercado de trabalho urbano, perfil este que está intimamente relacionado ao padrão de elevada flexibilidade do uso da força de trabalho no Brasil (Baltar e Proni, 1996).

Outros fatores, quando combinados com os desdobramentos da economia nos anos 90, contribuem para o crescimento do mercado informal do trabalho. Neste período a PEA aumenta ao mesmo tempo em que há baixo crescimento do emprego formal. Ressalta-se o aumento acentuado da PEA feminina em relação direta com o mercado informal e o crescente peso do setor terciário na economia. Ao mesmo tempo, ocorre uma redução das ocupações referentes à agricultura, e à redução da atividade industrial e no setor da construção civil.

Adverte-se que houve alterações no nível e estrutura da ocupação e no perfil da distribuição de renda e do trabalho. Cabe ressaltar a perda da importância do assalariamento formal entre os ocupados não agrícolas, sobretudo em função da queda do nível de emprego industrial. Ocorreu, também, uma mudança na composição dos assalariados formais: aumentou-se a participação relativa do emprego público em detrimento da diminuição da participação relativa dos setores mais dinâmicos e de grandes empresas. Em contrapartida, ocorreu intenso aumento do trabalho por conta própria e de assalariados sem carteira empregados em pequenos negócios.

Dessa forma temos que as flutuações da atividade econômica, associadas às flutuações do produto agregado, ao aumento do desemprego e crescimento dos serviços levaram a uma deterioração das relações de trabalho, com o aumento na inatividade da mão-de-obra masculina, redução do assalariamento, redução das contribuições previdenciárias e dos registros em

carteira. Esse é o cenário no qual se insere o chefe de família que estudaremos nos itens a seguir.

3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E MOBILIDADE

A formação da sociedade urbano-industrial brasileira neste século foi acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. A constituição de uma classe média urbana de tamanho significativo, assim como a mudança expressiva do panorama ocupacional brasileiro, de um quadro assentado em ocupações rurais e manuais em direção a um espectro ocupacional mais amplo, urbano e com maior participação de ocupações não-manuais e de maior qualificação profissional seriam manifestações inequívocas da mobilidade social vivenciada pela população no País neste século (Jannuzzi, 1999).

A passagem de uma sociedade rural para urbana no pós-guerra constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável.

A despeito da forte expansão dos empregos do baixo terciário nas zonas urbanas notamos uma substancial expansão das ocupações de classe média para os chefes de família longo de todo o século XX. Tais ocupações simplesmente inexistiam em períodos anteriores. Nesse período, o Brasil iniciou seu processo de industrialização e com ele emergiu um grande número de ocupações industriais. Mais importante que isso foi a enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, a intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só à industrialização como à própria aglomeração urbana.

Nesse processo a maior parte da população economicamente ativa teria realizado mobilidade social ascendente, seja em relação às gerações passadas, seja em relação às posições ocupacionais exercidas pelos indivíduos em sua entrada no mercado de trabalho.

A pirâmide social brasileira teria sofrido, pois, uma intensa modificação, com diminuição da parcela de famílias na base e aumento das parcelas situadas nas classes médias em detrimento da mudança de uma estrutura

ocupacional de base agrícola para um perfil setorial mais diversificado, urbano, com ocupações de maior produtividade e remuneração.

Assim tivemos uma mobilidade ascendente que se deveu às mudanças sócio-ocupacionais nos primeiros degraus da pirâmide social. O volume de mobilidade, portanto, não significou melhoria efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores vindos do campo, pois estes foram inseridos no modo de vida urbano sem que houvesse garantia de renda suficiente diante da crescente mercantilização do consumo.

Ocorreu, de fato, uma ampliação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, mas se reproduziram formas de integração precária no mercado de trabalho que coexistiram com um núcleo de assalariamento mais estável e com garantia de direitos trabalhistas associados ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização.

Ao final do processo de desenvolvimento, havia uma parcela ponderável de trabalhadores por conta própria e de assalariados em ocupações que não apresentavam um mínimo de continuidade e regularidade.

Por detrás da intensa mobilidade social estariam, como fatores estruturantes a industrialização, a urbanização e a ampliação da oferta educacional por que passou a sociedade brasileira, a partir da década de 40. De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos multiplicadores sobre toda a economia atuariam, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalho na própria indústria, no comércio, transportes, serviços, administração e, enfim, em outras ocupações urbanas, não-manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana e a ampliação das oportunidades educacionais viriam atender a demanda por mão-de-obra, induzida pelos efeitos sinérgicos dos investimentos industriais e do crescimento dos centros urbanos, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário e dos estratos médios mais escolarizados nos postos de trabalho de maior qualificação. (Pastore, 1979)

Para o período de 1973-1980, tivemos um cenário positivo para a mobilidade social baseado nas estatísticas de desempenho econômico e de criação de empregos na indústria e no terciário, que abriam postos de trabalhos novos, mais diferenciados, de melhor status e em ritmo mais acelerado que o

crescimento da PEA urbana. Esse cenário foi possível pelo II PND, que garantiu um fôlego adicional ao ciclo expansionista do "Milagre Econômico" fazendo com que a estrutura ocupacional continuasse sua modernização durante os anos 70. A força de trabalho urbana manteve-se crescendo aceleradamente no período, sobretudo as ocupações industriais (7.8%aa). As ocupações típicas da classe média (nas funções de gestão, distribuição, atividades sociais, profissões universitárias, etc.) viriam a representar 36% dos postos de trabalho em 1980, seis pontos percentuais maior que a cifra levantada em 1970 (Quadros, 1985).

A crise de 1979-1983, no entanto, mudou completamente o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendente no país. A queda nas taxas de crescimento do PIB, de 7% a.a. entre 1975-1980 para 1% no quinquênio seguinte, com a conseqüente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho no setor formal, e manutenção da alta rotatividade da mão-de-obra entre as pequenas e médias empresas, assim como a contração das vagas na indústria de transformação e na construção civil nas regiões metropolitanas acabaram limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional. Passamos a ter uma conjuntura recessiva que tendia à estagnação ou diminuição dos ocupados na pirâmide social. Nesse período, as possibilidades de mobilidade ascendente em toda a região metropolitana de São Paulo estavam contraindo.

Nos anos 80 como um todo, tivemos o que se chama de "*stop-and-go*" da economia, intercalando ciclos de expansão e retração econômica, processo esse que, no balanço geral da década, não parece ter criado condições concretas para a mobilidade social generalizada. Afinal, entre 1980 e 1989, a indústria brasileira cresceu apenas à taxa média de 1.3% ao ano, fato que, combinado ao emprego de técnicas de produção cada vez menos intensivas em mão-de-obra, acabou fazendo com que a participação do setor no conjunto dos ocupados não mais aumentasse por todo período. O baixo desempenho também da construção civil, que perdera seu principal agente dinamizador (BNH) por conta da crise do sistema de financiamento habitacional, representou, pois, limites severos às possibilidades de mobilidade estrutural da década de 80. As condições gerais do mercado de trabalho urbano viriam

mostrar-se crescentemente preocupantes e menos favoráveis mais ao final da década, com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado, além de redução significativa dos níveis salariais. O desemprego só não foi maior e crescente no período devido à capacidade de absorção da população ativa pelo setor terciário.

No balanço geral, as possibilidades mais concretas de movimentos ao longo da escala sócio-ocupacional durante os anos 80 teria sido pela troca de posições entre ocupados, em que a subida de um decorreria da descida de outro, isto é, a mobilidade circular. A intensidade da melhoria dos indicadores de escolaridade da PEA ocupada ao longo da década sugere que tal tipo de mobilidade de fato passou a ser mais importante que no passado.

Houve uma mudança significativa no padrão de mobilidade social identificado anteriormente: era cada vez mais difícil movimentar pela escala social, quanto mais ascender na mesma. Boa parte dessas mudanças seria conseqüência do estreitamento das novas oportunidades no mercado de trabalho nos anos 80, mas outra parte decorreria, segundo Pastore, da própria mobilidade ascendente anterior dos indivíduos que, partindo de um patamar mais alto, estariam sujeitos a maiores riscos de descer na escala social. Manter-se na mesma posição já devia ser encarado como desempenho bem-sucedido.

A sociedade estaria presenciando a transição de um regime de mobilidade social ditado menos pela mobilidade estrutural e cada vez mais pela mobilidade circular. Esta mudança de padrão seria conseqüência, também segundo Pastore, do estágio de consolidação da industrialização e urbanização no país, que não favorecia mudanças estruturais tão significativas na estrutura de ocupações como as vivenciadas até a década de 70.

Se a “década perdida” se notabilizou pela imobilidade social, a década de 90, por sua vez, pode ser considerada como a “década mais que perdida” em termos de mobilidade, de acordo com Jannuzzi. Tal como os anos 80, as condições para a mobilidade estruturalmente ascendente não estariam dadas. Na realidade as condições para tanto seriam ainda mais desfavoráveis que as do passado recente. A recessão de 90-92 teve efeitos muito mais amplos em termos sociais e espaciais, atingindo mais agudamente as regiões

metropolitanas, mas também as regiões de prosperidade mais recente no interior do território brasileiro. Seus efeitos sobre o nível de emprego industrial, combinados com aqueles decorrentes da abertura comercial acelerada, da ausência de uma política industrial, da desregulamentação dos mercados e da concorrência, da manutenção de taxas de juros elevadas e da sobrevalorização cambial pós-94 não parecem ter sido amenizados pela recuperação econômica a partir de 1993.

As taxas de expansão das ocupações nos anos 90 se mantiveram mais baixas que a média da década passada. O desemprego descolou sua trajetória da conjuntura econômica, tornando-se um grave problema estrutural. Comércio e serviços passaram a demonstrar uma impermeabilidade crescente para absorver as massas desempregadas na indústria e a força de trabalho ingressante. A construção civil tampouco encontrou seu caminho. As ocupações com relações formalizadas de trabalho foram perdendo, sistematicamente, participação no conjunto. As funções de gerência foram sendo enxugadas, as de alta qualificação foram sendo terceirizadas, e as manuais qualificadas na indústria foram desaparecendo pela automação das plantas. A indústria perdeu sua capacidade de gerar funções diferenciadas no nível necessário e exigiu cada vez menos mão-de-obra. A reestruturação produtiva foi, portanto, poupadora de mão-de-obra no país, o que os enormes ganhos de produtividade industrial nos anos 90 não deixaram desmentir.

A recessão dos primeiros anos da década, combinada às medidas neoliberalizantes tomadas pelo governo (abertura comercial, privatizações, políticas fiscal e monetária restritivas, sobrevalorização monetária) fez com que o nível de emprego no país e em São Paulo começasse a exibir uma trajetória clara e sistematicamente desfavorável, com aumento da perda de postos de trabalho.

A classe média que ascendera no Milagre, ou antes dele, e que conseguiu manter sua situação social nos anos 80 – ainda que mais empobrecida – iniciou a década de 1990 sujeita a um clima maior de insegurança e muito mais suscetível ao risco do trabalho informal ou autônomo não regular. As condições de mobilidade ascendentes para a classe média seriam muito mais estreitas que no passado.

Além do enxugamento dos postos de gerência, houve uma terceirização de serviços como alimentação, limpeza e transporte nas grandes empresas, funções estas antes desempenhadas por quadros internos. Se para as empresas tal reestruturação organizacional representava redução de custos, para os funcionários “terceirizados” este processo significava uma clara deterioração das condições de trabalho, seja pela perda dos benefícios indiretos que antes desfrutavam nas grandes empresas, seja pela exposição aos riscos de maior rotatividade e desemprego das atividades ligadas à prestação de serviços.

Como mostram estes cenários, a desestruturação do mercado de trabalho paulista e nacional tem sido tão intensa que a própria identificação da mobilidade social com a mobilidade ocupacional parece perder a validade que lhe era inerente no passado. As relações de trabalho, a forma de inserção no processo produtivo, a vinculação setorial das atividades ocupacionais passam a assumir nuances tão variadas e conjunturais que colocam desafios adicionais na identificação da natureza ascendente ou não das trocas de posições ocupacionais no mercado.

A redefinição dos conteúdos e funções das ocupações existentes, o surgimento de novas ou mais genericamente ocupações e a “pós-fordização” das relações de produção estão provocando mudanças substanciais no espectro ocupacional, alterando posições relativas de *status* e rendimentos até então muito estáveis entre os profissionais. “Ser médico, professor, torneiro mecânico ou perueiro, ter carteira assinada ou não, ser ou não conta-própria configuram hoje situações menos esclarecedoras que no passado sobre a possível situação social do indivíduo”.(Jannuzzi, 1999).

Enfim, o que tivemos na década de 90 foi um Brasil com baixa capacidade de acomodar as tensões sociais e de incorporar novos indivíduos ao mercado formal de trabalho, uma interiorização do desenvolvimento que decorreu mais da debilidade das economias metropolitanas que do crescimento sustentado do país, insegurança social do período anterior e incerteza quanto à redução da desigualdade.

Dessa forma o notável na década da reestruturação produtiva foi o aumento da parcela de mobilidade descendente ou, na melhor das hipóteses, de aumento da imobilidade.

4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO EMPREGO

De acordo com o que foi apresentado até aqui, pode-se perceber que o mercado de trabalho no Brasil caminhou para a desestruturação. Até 1980, tivemos uma tendência ao crescimento tanto das ocupações quanto do emprego formal. A partir de 1980, é possível notar uma ruptura dessa tendência com o mercado de trabalho tornando-se cada vez menos estruturado. Nos anos 90 os sinais de desestruturação apresentam maior destaque: redução do assalariamento com registro, elevação dos desempregos e das ocupações não-organizadas.¹ (Pochmann)

Até os anos 80 a estrutura do mercado de trabalho era evidente e se dava por meio da ampliação do emprego dos assalariados e redução das ocupações por conta própria, sem remuneração e desemprego.

Entre 1940 e 1980, a estruturação do mercado de trabalho ocorreu em grande medida por força da implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional, bem como devido à institucionalização das relações de trabalho compartilhada pelo conjunto de normas legais difundidas a partir de um código de trabalho no país (CLT).

Com isso, a dinâmica da industrialização foi orientada pelas políticas macroeconômicas comprometidas com a expansão da produção nacional favorecendo continuamente o aumento do número das ocupações.

Dessa forma, as melhores condições de trabalho e remuneração tendiam a se concentrar no assalariamento com registro e nas ocupações nos segmentos organizados.

No início dos anos 80, com a crise da dívida o governo passa a adotar políticas macroeconômicas de ajuste que inviabilizaram a retomada do crescimento sustentado. Tivemos um cenário de estagnação, hiperinflação e grandes oscilações.

Nesse momento, o país rompe com a tendência de estruturação do mercado de trabalho. Nota-se uma desaceleração do número das ocupações do setor primário, o setor secundário deixa de apresentar contribuição relativa e

¹ Entenda-se por ocupações não organizadas as formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume características tipicamente capitalistas, ou seja, peculiar de economias subdesenvolvidas. Tome-se como exemplos: empresas familiares, trabalhadores por conta própria, pequenos prestadores de serviço e serviço doméstico.

conseqüentemente há um inchaço do setor terciário. Essas transformações nas formas de ocupação da PEA que expressam uma desestruturação do mercado de trabalho tiveram início nos anos 80 a partir do rompimento do projeto de industrialização nacional e da adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas.

Políticas macroeconômicas que visavam a geração de elevados superávits comerciais – programa exportador e substituição de importações – como forma de atender ao pagamento da dívida externa impediram que houvesse uma drástica queda na geração de postos de trabalho apesar da redução na taxa de investimento e da forte oscilação no nível da atividade econômica com a estagnação do produto. Assim, o país mesmo deixando de expandir o nível de assalariamento da PEA não notou uma queda negativa dos empregos assalariados, eles puderam crescer na mesma taxa de crescimento da PEA.

Outro fator que contribuiu para o impedimento da queda do emprego foi a crescente pressão para ampliar os serviços sociais no período, o que influenciou positivamente o comportamento dos empregos nas esferas governamentais.

Contudo, no geral houve redução na participação do emprego registrado nos assalariados e a ocupação não-assalariada (empregador e conta-própria) foi a que mais cresceu.

Na década de 90 a tendência à desestruturação do mercado de trabalho se intensificou. O programa de liberalização comercial, abertura financeira e encolhimento do setor público combinado com políticas econômicas recessivas provocou queda do nível de emprego com destruição dos postos de trabalho. As políticas macroeconômicas estavam mais voltadas para o combate da inflação e para o curso da modernização econômica do que para o enfrentamento do emprego. Para piorar a situação para o mercado de trabalho, a Terceira Revolução Industrial implementada no país, ao contrário da diversificação, apresentou estratégias empresariais voltadas para a desverticalização e focalização das atividades produtivas, a fusão das empresas. Prevaleram os investimentos relativamente baixos em tecnologia e o enfraquecimento do estatuto do trabalho.

Além disso, o enfraquecimento do setor público não foi compensado pelo setor privado. Não existia um padrão de financiamento da economia brasileira. Havia obstáculos para concentração e centralização do capital, pois havia dificuldade na mobilização de recursos, faltavam financiamentos de médio e longo prazo devido aos juros altíssimos e o setor público estava fragilizado.

No que tange à reestruturação, seu padrão provocou a demissão de mão-de-obra reduzindo o compromisso com o empregado, acarretando o afastamento do sindicato e a diminuição do custo do trabalho.

A taxa de crescimento da PEA diminuiu, mas não houve redução do ingresso de pessoas no mercado de trabalho pois boa parcela da população inativa passou a atuar ativamente no mercado de trabalho, em especial a participação da mulher.

Nota-se uma elevação do número de empregados com colegial completo. A educação torna-se mais uma condição necessária para o emprego da mão-de-obra.

Enfim, tivemos um movimento de desassalariamento provocado pela eliminação dos empregos com registro, além disso, houve subutilização da força de trabalho em grande parte por causa do aumento do desemprego.

O abandono do projeto de industrialização nacional e a adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional apenas contribuíram para o enfraquecimento das leis trabalhistas que agora passam a estar voltadas para a flexibilização, contribuindo cada vez mais para a deterioração das condições de emprego no país.

5 - ESTUDO DA TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

5.1 – Metodologia:

O estudo das trajetórias ocupacionais busca determinar o nível de fluidez ou rigidez do sistema social. Trata-se de uma perspectiva estrutural, e os modelos propostos por diversos autores se baseiam na quantificação das barreiras à mobilidade ocupacional, identificando as fronteiras de “classe”. O foco do estudo não é a trajetória social dos indivíduos, mas a relação entre os diversos estratos sociais. Para um melhor entendimento dessa metodologia, os

parágrafos que seguem expõem os seus principais conceitos e procedimentos técnicos.

Os indicadores de mobilidade mais simples e também mais utilizados são aqueles obtidos a partir de uma matriz de transição de *status*. Ela pode relacionar tanto a situação social do pai com o filho (intergeracional), quanto a situação do indivíduo em dois períodos distintos no tempo (intra-geracional) – no caso, o primeiro emprego e o atual.

De acordo com a tabela abaixo, as linhas da matriz de transição dão uma indicação do destino social de um indivíduo, grupo ou classe a partir da situação social de origem. As colunas tratam da origem social a partir da situação social de destino. Cada célula no entroncamento de uma linha com uma coluna significa até onde chegou o indivíduo proveniente do *status* social de origem, se a referência é a linha, e de onde veio o indivíduo situado em determinado *status* social destino, se a referência é a coluna.

Tabela 1: MATRIZ DE TRANSIÇÃO STATUS OCUPACIONAL

Status de Origem	Status de Destino						r	Total
	1	2	3	4	5	6		
1	N_{11}	N_{12}	N_{13}	N_{1r}	$N_{1.}$
2	N_{21}	N_{22}	N_{23}	N_{2r}	$N_{2.}$
3	N_{31}	N_{32}	N_{33}	N_{3r}	$N_{3.}$
4
5
6
R	N_{r1}	N_{r2}	N_{r3}	N_{rr}	$N_{r.}$
TOTAL	$N_{.1}$	$N_{.2}$	$N_{.3}$	$N_{.r}$	N

Fonte: tabela extraída de Pastore (2000)

A diagonal principal N_{rr} da matriz de transição é o indicador mais importante do grau de mobilidade da população em estudo. Ela representa os casos de imobilidade da distribuição, ou seja, aqueles indivíduos que não

modificaram seu *status* social no tempo, permanecendo onde estavam. Quanto maiores as percentagens ali encontradas (indivíduos da célula *i* em relação ao total de indivíduos da distribuição), menor o grau de mobilidade, e quanto menores as percentagens, maior o grau de mobilidade.

A soma de todos os casos nos quais houve mobilidade fornecerá a magnitude da mobilidade total na distribuição. Ela tende a refletir o grau de flexibilidade total da estrutura social (Pastore, 1979). Isso significa que uma sociedade flexível tende a possibilitar a troca de *status* entre os indivíduos, enquanto uma sociedade rígida os indivíduos tendem a permanecer onde estão.

Dois outros tipos de mobilidade podem ser constatados. A mobilidade estrutural e a mobilidade circular. A primeira tem a ver com a mudança da estrutura social entre pais e filhos e a segunda com o aperfeiçoamento e as conquistas individuais. Enquanto a mudança na estrutura social reflete alterações na estrutura de ocupações e funções, os progressos individuais refletem a competição entre os indivíduos, a troca de posições sociais e a saída das pessoas da força de trabalho.

A mobilidade estrutural, portanto, procura medir a influência da estrutura social e a mobilidade circular a influência das capacidades competitivas individuais na movimentação dos indivíduos na sociedade.

Fica claro, portanto, que a análise das tabelas de mobilidade depende muito da classificação ocupacional adotada. O que implica em supor que a informação sobre as características ocupacionais dos indivíduos, e de seus pais, disponível na fonte de dados que se vai utilizar deve ser submetida a um processo de codificação adequado.

A informação ocupacional da PNAD de 1996 utilizada como fonte de dados neste trabalho se baseia em uma classificação que contém cerca de 390 títulos ocupacionais diferentes. Se utilizássemos essa classificação para medir tanto a variável de origem como a de destino teríamos de analisar uma tabela de $390 \times 390 = 152.100$ células, ultrapassando em muito o número de observações obtidas. Assim, o procedimento usual é reduzir a classificação ocupacional a um número adequado de categorias, raramente maior que 20.

Não existe uma classificação ocupacional que possa ser apontada como inerentemente superior às outras. A escolha da classificação depende

estritamente dos objetivos específicos da análise proposta, sendo um procedimento não só prático, mas, sobretudo, vinculado a considerações teóricas. Em geral, ela expressa uma teoria, muitas vezes implícita, sobre a estratificação da sociedade que está sendo estudada.

Como já foi indicado, o objetivo desse estudo é analisar a trajetória ocupacional do chefe de família da RMSP na década de 90, portanto, para tal análise utilizaremos a variável grupo ocupacional no qual agrega as 390 categorias ocupacionais da PNAD em 8 grupos.

5.2 - A entrada no mercado de trabalho (baseado em Pastore, 2000) :

De acordo com Pastore, os estudos sobre mobilidade social realizados nas sociedades desenvolvidas consideram o *status* econômico de entrada no mercado de trabalho como um dos principais determinantes da carreira ocupacional do indivíduo. Nelas, as pessoas primeiro se formam na escola, depois começam a trabalhar – embora cresça o número de trabalhadores que voltam à escola para passar por reciclagens ao longo da vida.

Apointa ele, que nas sociedades avançadas, a entrada no mercado de trabalho costuma ocorrer depois dos 18 anos. Nas sociedades menos desenvolvidas, porém, essa entrada é muito mais precoce. Uma parte da população interrompe a escola para começar a trabalhar. Outra continua estudando enquanto trabalha.

No Brasil, sempre foi grande o número de pessoas que assumem um papel ativo na força de trabalho familiar antes dos 14 anos. Para a maioria da população, inexistiu a passagem marcante da fase de estudos para a fase de trabalho.

Conforme o estudo feito por Pastore & Valle Silva, os dados de 1996 apontam que os chefes de família entre 20 e 64 anos que começaram a trabalhar entre, aproximadamente, 1948 e 1985, iniciaram suas carreiras precocemente. Cerca de 70% dos chefes de família começaram a trabalhar antes de 14 anos, mantendo-se a maior incidência na zona rural.

Para a população estudada, a idade média de começar a trabalhar no Brasil foi de 12,5 anos, o que dá a dimensão da precocidade do fenômeno.

É importante ressaltar que o trabalho precoce na agricultura é tido como regra, já nas atividades urbanas a incidência é menor. Entre aqueles cuja primeira ocupação foi exercida na agropecuária, os números são impressionante: cerca de 91% começaram a trabalhar com 14 anos ou menos, sendo que aproximadamente 37% iniciaram sua vida ativa com menos de 10 anos de idade.

Entre os que começaram a trabalhar em ocupações não agrícolas, 63% trabalharam com 14 anos ou menos. Os que iniciaram entre os 15-17 anos são 22%, e os que entraram com 18 anos ou mais são apenas 15%.

O interessante é que a idade de 10 anos foi um marco na carreira de muitos brasileiros, pois 15,3% iniciaram seu trabalho exatamente naquela idade. Na zona rural, isso chegou a quase 25%.

Ressalta-se que as idades médias de início de vida economicamente ativa relatadas acima contêm um certo viés devido às características da amostra utilizada que restringiu-se a chefes de família homens com idades entre 20 e 64 anos.

Relacionando, por sua vez, a idade de entrada no mercado de trabalho com a origem familiar, as diferenças se tornam mais expressivas. O *status* socioeconômico e a educação dos pais mostraram ter efeitos significativos na direção esperada.

Ainda pautado no estudo de Pastore e Valle & Silva, temos que para os filhos de pais que estavam no estrato mais baixo, a idade média de entrada no mercado de trabalho foi de 11,2 anos. Para os filhos de pais do estrato mais alto, por sua vez, a idade foi de 16,6 anos – uma diferença superior a 5 anos.

Similarmente, os filhos de pais analfabetos começam a trabalhar com cerca de 11,3 anos em média, ao passo que os filhos de pais com nível superior completo iniciam suas carreiras com 17,5 anos em média.

Uma outra característica importante do início das carreiras individuais é o nível de escolaridade do próprio indivíduo.

A educação mostrou ser o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que veio crescendo ao longo do tempo. Contudo, um dos principais problemas estruturais da sociedade brasileira é o baixo nível educacional da população. Nessa amostra de chefes de família homens estudada por Pastore e Valle & Silva, a média de anos de

escolaridade situa-se em torno de 5,6 anos, sendo que o valor correspondente nas zonas urbanas é de 6,3 anos, e nos rurais de apenas 2,7 anos.

As características paternas são também importantes no caso da educação. O nível educacional do pai afeta fortemente o destino educacional do filho. Nos dados examinados por Pastore e Valle & Silva, tem-se uma clara reprodução educacional: enquanto que para os filhos de pais que nunca freqüentaram a escola, a escolaridade é de apenas 3,2 anos, o nível médio atingido por filhos de pais com nível superior também equivale ao nível superior, mais precisamente, 13 anos de escolaridade completa.

Utilizando-se dos preceitos do estudo feito por Pastore e Valle & Silva, montamos a tabela abaixo na qual relaciona o nível educacional do pai com a ocupação do filho no primeiro emprego. Os resultados foram similares.

Tabela 2: Distribuição percentual dos chefes de família da RMSP em 1996 segundo nível educacional paterno e primeira ocupação.

Nível educacional do pai	Grupos de ocupação do primeiro trabalho do filho								Total
	Téc. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	
Fundamental incompleto	3,0	8,4	13,8	32,8	9,2	5,3	10,5	16,9	100,0
Elementar incompleto	5,6	12,5	9,6	31,6	9,9	6,0	6,4	18,4	100,0
Elementar concluído	8,4	23,1	3,9	23,6	13,6	5,2	4,4	17,7	100,0
Ensino médio (1º ciclo) incompleto	5,3	18,4	3,9	27,6	17,1	5,3	6,6	15,8	100,0
Ensino médio (1º ciclo) completo	15,1	36,8	2,8	18,9	8,5	1,9	0,9	15,1	100,0
Ensino médio (2º ciclo) incompleto	31,8	27,3	0,0	4,5	22,7	0,0	4,5	9,1	100,0
Ensino médio (2º ciclo) completo	19,3	37,9	0,8	5,6	14,5	1,6	2,4	17,7	100,0
Superior incompleto	26,7	26,7	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0	6,7	100,0
Superior completo	41,6	34,4	0,8	2,4	8,0	0,0	2,4	10,4	100,0
Mestrado ou doutorado completo	50,0	19,9	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	19,9	100,0
Não sabe informar	5,1	12,3	11,2	28,9	12,3	6,5	6,9	16,7	100,0

Fonte: Pnad 1996.

Comprova-se que os filhos cujos pais possuem baixa escolaridade, em geral, têm como primeira ocupação um trabalho manual. Na categoria de chefes com pais que nunca freqüentaram escola ou não chegaram a concluir o ensino fundamental, cerca de 47% tiveram como primeira ocupação trabalhos manuais, sejam elas agropecuária e produção extrativa (13,8) e indústria da transformação e construção civil (32,8).

Por outro lado, temos 70% dos chefes de família que possuem pais com mestrado ou doutorado completo nas ocupações melhor qualificadas (técnica científica e administrativa).

Comprovamos, grosso modo, o defendido por Pastore e Valle & Silva a respeito do peso da herança paterna na determinação ocupacional do chefe de família.

Outro expressivo determinante da evolução futura do indivíduo na escala socioeconômica é a posição que o indivíduo assume ao entrar no mercado de trabalho, podendo dificultar ou facilitar a carreira posterior deste. Esta posição também é, em larga medida, determinada pela origem social familiar da pessoa. A tabela 3 (abaixo) demonstra tal relação.

Tabela 3: Trajetória intergeracional dos chefes de família da RMSP em 1996 segundo ocupação do pai do chefe e primeiro emprego de filho.

Grupos de ocupação do primeiro trabalho do filho									
Grupos de ocupação do pai (filho tinha 15 anos)	Téc. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	Total
Téc. cient. e assem.	38,9	30,9	1,5	8,1	7,4	1,5	2,9	8,9	100,0
Adm.	17,7	28,8	5,4	16,1	14,2	1,5	2,7	13,5	100,0
Agrop. e prod. extr.	2,5	6,5	23,4	28,2	7,4	5,5	9,8	16,7	100,0
Ind. transf. e constr. civil	5,4	16,7	2,2	38,2	12,6	3,9	5,6	15,3	100,0
Com. e ativ. aux.	13,2	25,1	1,0	14,9	21,9	2,8	4,2	16,7	100,0
Transp. e comun.	8,9	17,2	1,8	23,1	7,7	15,4	4,1	21,9	100,0
Prest. serv.	6,9	20,7	1,7	20,7	15,5	5,2	8,6	20,7	100,0
Outras	7,9	19,5	2,7	25,2	11,1	5,7	5,7	22,2	100,0
Total	12,7	20,7	5,0	21,8	12,2	5,2	5,5	17,0	100,0

Fonte: Pnad 1996.

Por exemplo, no exame da relação entre educação paterna e o *status* econômico do primeiro trabalho do filho (tabela 2), verifica-se que mais da metade dos homens cujos pais nunca freqüentaram escola, iniciou suas carreiras como trabalhadores rurais, o estrato ocupacional mais baixo. Entre os indivíduos com essa origem social, verificamos na tabela 3 que apenas 8% (2,5 técnico científico e 6,5 administrativo) conseguiram cruzar a barreira que separa o trabalho manual do não manual altamente qualificado.

Cerca de 52% dos chefes de família com pais em ocupações ligadas à agropecuária e extração natural continuaram em ocupações manuais. Ressaltando ainda que, a indústria de transformação e construção civil é a grande receptora de chefes cujos pais se encontravam em grupos de ocupação não especializada como transporte e comunicação e prestação de serviços.

Já entre os chefes com pais em ocupações técnica, científica e artística, a percentagem foi para 70%. Demonstrando uma rigidez intergeracional significativa.

5.3 - A Trajetória Intergeracional

Abaixo teremos a análise da trajetória intergeracional total para os dados de 1996, ou seja, a transição realizada pelos filhos, em relação aos pais.

A tabela que segue refere-se à distribuição dos grupos ocupacionais atuais dos chefes de família em 1996 e dos grupos de seus respectivos pais.

Tabela 4: Fluxos de saída dos chefes de família da RMSP em 1996 para diferentes estratos ocupacionais na trajetória total considerando as ocupações do pai do chefe e do chefe.

Grupos de ocupação do pai (filho tinha 15anos)	Grupos de ocupação do filho								Total
	Técn. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	
Técn. cient. e assem.	42,6	32,4	0,0	7,3	7,3	2,9	2,2	5,1	100,0
Adm.	22,4	28,5	0,4	16,3	16,7	3,0	1,9	10,6	100,0
Agrop. e prod. extr.	3,4	9,9	0,6	35,8	13,4	7,9	10,3	18,7	100,0
Ind. transf. e constr. civil	7,3	17,7	0,0	38,3	10,5	6,8	5,6	13,8	100,0
Com. e ativ. aux.	14,8	25,9	0,0	17,2	21,7	4,8	2,4	13,1	100,0
Transp. e comun.	11,2	19,4	0,6	21,8	14,1	17,1	2,9	12,9	100,0
Prest. serv.	12,4	15,5	0,0	32,8	12,1	8,6	10,3	8,6	100,0
Outras	10,3	22,2	0,0	22,5	13,3	8,9	5,9	16,8	100,0
<i>Total</i>	<i>15,6</i>	<i>21,4</i>	<i>0,2</i>	<i>24,0</i>	<i>13,6</i>	<i>7,5</i>	<i>5,2</i>	<i>12,5</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pnad 1996.

Os dados acima nos apontam características significativas no que diz respeito à trajetória ocupacional.

Cabe ressaltar que no que diz respeito aos trabalhadores rurais, temos a quase totalidade dos filhos de chefes provenientes do grupo ocupacional relacionado à agropecuária e produção extrativa vegetal e animal mudou de atividade, sendo que cerca de 13% dos filhos desses chefes chegaram a ocupações consideradas não-manuais e melhores qualificadas (grupos técnico científico, artístico e assemelhado; administrativo). Isso se dá pela metodologia utilizada que selecionou apenas os usuários urbanos.

Os dados indicam que uma parcela considerável dos filhos dos trabalhadores urbanos que se enquadram na categoria manual atingiram grupos de ocupações consideradas superiores na escala de *status* ocupacional.

Os filhos dos pais que se encontravam entre os grupos de atividades mais qualificadas conseguiram manter uma posição ocupacional equivalente à de seus pais.

De um modo geral, a mobilidade ocupacional no Brasil apresentou-se bastante elevada. Embora predominem os fluxos de curta distância, não há

como desconsiderar os movimentos mais longos como os detectados na agropecuária e comércio, por exemplo.

Por enquanto a análise foi feita considerando-se apenas o destino das pessoas tendo a posição de seus pais como ponto de partida. É importante, todavia, inverter a análise para examinar para cada grupo sua origem e trajetória. A tabela abaixo nos permite tal estudo.

Tabela 5: Fluxos de entrada dos chefes de família da RMSP em 1996 nos diferentes estratos ocupacionais na trajetória total considerando as ocupações do pai do chefe e do chefe.

Grupos de ocupação do pai (filho tinha 15anos)	Grupos de ocupação do filho								Total
	Téc. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	
Téc. cient. e assem.	19,0	8,3	0,0	1,2	2,5	1,8	1,6	1,6	4,5
Adm.	19,3	14,1	12,5	5,0	10,9	3,6	2,6	6,3	9,3
Agrop. e prod. extr.	11,5	19,3	75,0	43,5	34,6	37,9	56,3	43,9	40,3
Ind. transf. e constr. civil	15,0	21,0	0,0	28,3	16,4	19,6	18,4	19,6	17,3
Com. e ativ. aux.	14,1	14,1	0,0	5,9	15,7	6,4	3,7	8,6	8,6
Transp. e comun.	6,2	6,2	12,5	4,3	5,9	13,2	2,6	4,9	7,0
Prest. serv.	2,3	1,7	0,0	2,2	1,8	2,3	3,2	1,1	1,8
Outras	12,5	15,4	0,0	9,7	12,2	15,1	11,6	13,9	11,3
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pnad 1996.

Quando se analisam os indivíduos que estão num grupo considerado inferior na escala ocupacional (trabalhadores rurais), verifica-se que 75% têm origem no mesmo estrato. Entre eles a imobilidade é grande. O chefe que se encontra nesse estrato é porque seus pais também estiveram. Em outras palavras, nesse grupo o peso da herança ocupacional foi de grande importância.

Essa constatação não deve nos levar ao determinismo de uma imobilidade completa para quem nasce nesse estrato. Quando se examina a origem dos indivíduos que estão em estratos mais altos, verifica-se que a participação dos filhos dos trabalhadores rurais é muito significativa. Por exemplo, cerca de 35% dos trabalhadores do grupo de ocupação referente ao

comércio e atividades auxiliares originam de pais do grupo rural. A escalada foi mais longe: 19,32% dos que formam o grupo administrativo (considerado um estrato de elite) são filhos de trabalhadores rurais.

Isso significa que a composição dos estratos mais altos é bastante heterogênea. De fato, se analisarmos a composição dos grupos técnico, científico, artístico e assemelhado e do grupo administrativo (considerados os grupos de ocupações mais qualificadas) temos uma heterogeneidade quanto aos grupos nos quais tais chefes originaram. Isso nos demonstra que uma boa parte da elite do Brasil provém dos estratos mais baixos.

Para complementar a análise, realizamos um estudo mais detalhado dos grupos de ocupação dos pais e dos filhos conforme a idade do filho.

Tabela 6: Trajetória Ocupacional dos chefes de família da RMSP em 1996 de acordo com a idade do chefe, a ocupação do pai do chefe e a ocupação do chefe.

Grupo de ocupação do trabalho principal do chefe (filho)									
Idade atual do filho	Téc. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	Total
Téc. Científica									
15-25 anos	40,0	19,9	0,0	10,0	20,0	10,0	0,0	0,0	100,0
26-35 anos	46,3	36,6	0,0	9,7	0,0	0,0	2,4	4,9	100,0
36-45 anos	43,7	31,2	0,0	4,2	6,3	6,2	0,0	8,3	100,0
46 e + anos	37,8	32,4	0,0	8,1	13,5	0,0	5,4	2,7	100,0
Total	42,0	30,0	0,0	8,0	10,0	4,1	2,0	4,0	100,0
Administrativa									
15-25 anos	15,4	30,8	0	0	15,4	0	0	38,5	100,0
26-35 anos	20,3	25	0	25	18,7	1,6	0	9,2	100,0
36-45 anos	27,5	28,6	0	18,4	10,2	5,1	2	8,2	100,0
46 e + anos	19,3	30,7	1,14	10,2	22,7	2,3	3,4	10,2	100,0
Total	20,6	28,8	0,3	13,4	16,8	2,3	1,4	16,5	100,0
Agropecuária									
15-25 anos	5,5	12,7	5,4	21,8	7,3	9,1	14,5	23,6	100,0
26-35 anos	2,3	8,8	0,9	36,3	8,8	9,8	11,1	21,9	100,0
36-45 anos	2,6	9,5	0,0	42,5	11,3	8,7	8,0	17,3	100,0
46 e + anos	4,2	10,4	0,2	31,8	18,2	6,4	11,0	17,7	100,0
Total	3,7	10,4	1,6	33,1	11,4	8,5	11,2	20,1	100,0
Ind. tran. e const.									
15-25 anos	1,8	12,5	0,0	42,9	12,5	7,1	3,6	19,6	100,0
26-35 anos	5,2	18,1	0,0	37,5	8,6	8,2	5,6	16,8	100,0
36-45 anos	7,6	19,3	0,0	40,6	12,7	6,6	4,1	9,1	100,0
46 e + anos	12,3	17,1	0,0	34,9	9,6	4,8	8,2	13,0	100,0
Total	6,7	16,8	0,0	39,0	10,9	6,7	5,4	14,6	100,0
Com. e ativ. aux.									
15-25 anos	12,0	12,0	0,0	32,0	28,0	4,0	0,0	12,0	100,0
26-35 anos	11,9	22,6	0,0	22,6	21,4	3,6	1,2	16,7	100,0
36-45 anos	15,5	30,1	0,0	11,6	19,4	7,8	2,9	12,6	100,0
46 e + anos	17,9	28,2	0,0	14,1	23,1	2,6	3,8	10,3	100,0
Total	14,3	23,2	0,0	20,1	23,0	4,5	2,0	12,9	100,0
Transp. e com.									
15-25 anos	0,0	10,0	0,0	30,0	30,0	20,0	0,0	10,0	100,0
26-35 anos	8,6	13,8	1,7	25,9	12,1	17,2	1,7	18,9	100,0
36-45 anos	16,1	26,8	0,0	16,1	14,3	17,9	1,8	7,1	100,0
46 e + anos	10,9	19,6	0,0	21,7	13,0	15,2	6,5	13,0	100,0
Total	8,9	17,6	0,4	23,4	17,4	17,6	2,5	12,3	100,0
Prest. serv.									
15-25 anos	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	49,9	0,0	100,0
26-35 anos	5,5	16,7	0,0	22,2	22,2	5,6	0,0	27,8	100,0
36-45 anos	23,8	19,0	0,0	33,3	4,8	14,3	4,8	0,0	100,0
46 e + anos	5,9	11,8	0,0	41,2	11,8	5,9	23,5	0,0	100,0
Total	8,8	11,9	0,0	36,7	9,7	6,5	19,6	7,0	100,0
Outras									
15-25 anos	0,0	17,3	0,0	5,3	28,6	8,6	14,4	25,8	100,0
26-35 anos	10,1	16,3	0,0	26,3	11,6	8,5	3,9	23,2	100,0
36-45 anos	11,4	27,2	0,0	22,8	8,8	11,4	4,4	14,0	100,0
46 e + anos	13,2	26,4	0,0	23,1	15,4	6,6	7,7	7,7	100,0
Total	8,7	21,8	0,0	19,4	16,1	8,8	7,6	17,7	100,0

Fonte: Pnad 1996.

A análise dos dados acima nos auxilia a compreender a dimensão da importância da herança social na definição da posição ocupacional do chefe de família.

No caso dos trabalhos mais qualificados, nota-se uma tendência dos chefes permanecerem no mesmo grupo ocupacional de seu pai, sendo que para os chefes mais velhos essa tendência é mais forte, ressaltando a experiência profissional como um dos fatores que contribuem para uma melhor ocupação.

Para os chefes que possuem pais com origem na agropecuária e produção extrativa e animal, a tendência foi a migração para a indústria da transformação e construção civil, migrando de trabalho rural para urbano, mas ambos manuais.

Os chefes com origem na indústria da transformação e construção civil em geral permaneceram no mesmo grupo. Além disso, esses grupos absorveram também grande parte dos chefes originados em grupos como comércio e transporte.

No grupo de chefes com pais pertencentes à prestação de serviços, por sua vez, percebe-se que em geral os jovens se encontram no mesmo grupo, já os mais velhos migram para outras atividades não manuais mais qualificadas.

Abaixo teremos uma digressão sobre a influência da herança social e dos trabalhos manuais e não manuais na determinação da posição ocupacional do chefe de família.

5.3.1 - O PESO DA HERANÇA SOCIAL

A influência da origem social dos indivíduos sobre suas realizações ocupacionais pode ser apreciada por meio da proporção relativa de pessoas de mesma origem que alcançaram um certo estrato ocupacional de destino. Para tanto, toma-se como base a proporção total de casos em um dado destino para avaliar a importância da origem para se atingir aquele destino.

Nos dados de 1996, em várias instâncias, dá-se a permanência dos filhos numa mesma posição dos pais (imobilidade). Isso ocorre com mais

frequência nos estratos considerados inferiores (ocupações menos qualificadas, manuais). Como vimos, o peso da herança ocupacional se faz sentir de forma bem acentuada no caso dos filhos de pais trabalhadores rurais. Os atuais chefes nessa ocupação são praticamente filhos de pais que possuem essa mesma ocupação. O estudo feito por Pastore & Valle Silva em 2000 demonstra bem o peso da herança na determinação do *status*.

Segundo Pastore & Valle Silva, do estrato agrícola para frente, o peso da herança vai diminuindo. Mas, ainda assim, as chances de um filho de trabalhador rural alcançar grupos ocupacionais mais qualificados são limitadas. Os outros estratos demonstram chances maiores. Mesmo os trabalhadores urbanos não-qualificados possuem melhor acesso aos níveis superiores.

Entretanto, as zonas urbanas contrastam nitidamente com as rurais. No mundo urbano, a mobilidade social é muito mais intensa do que a rural. As boas chances de mobilidade social no Brasil continuam localizadas nas cidades – não necessariamente nas metrópoles. Neles predominam a mobilidade ascendente, sendo que a descendente é sempre de pequena magnitude.

5.3.2 - O PESO DAS OCUPAÇÕES MANUAIS

Ainda de acordo com os estudos de Pastore & Valle Silva, temos que o exame da associação entre origem e destino ocupacional no setor urbano mostra claramente a existência de uma outra fratura na estrutura ocupacional brasileira. Segundo os autores, torna-se nítida a aglutinação dos estratos ocupacionais em duas classes distintas, separadas pela linha manual / não-manual.

Demonstram que a chance de mobilidade dentro de cada classe é substancialmente maior do que a chance de mobilidade entre as classes, evidenciando, com isso, a mobilidade circular. Tal mobilidade constitui a expressão mais genuína da mobilidade da sociedade brasileira. Temos uma nítida estruturação em classes, fracionada pelas sucessivas barreiras impostas pelas dimensões rural/urbano e manual/não-manual. Subir na escala ocupacional, por força da competição do mercado de trabalho depende fundamentalmente de sair do meio rural e dos nichos das ocupações manuais.

5.4 - A Trajetória Intrageracional

O aspecto complementar da trajetória ocupacional estudada é o representado pela trajetória que se dá após a entrada do indivíduo no mercado de trabalho. É chamada nos estudos de mobilidade de intrageracional ou “de carreira”, sendo usualmente analisada pelo confronto da primeira ocupação com a ocupação atual do informante.

Algumas características da trajetória de carreira presentes na tabela a seguir devem ser ressaltadas.

Tabela 7: Mobilidade intrageracional do chefe de família da RMSP em 1996 (a)

Grupos de ocupação do primeiro trabalho	Grupos de ocupação do trabalho principal atual								Total
	Téc. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	
Téc. cient. e assem.	69,6	13,4	0,0	4,3	3,6	1,4	0,4	7,2	100,0
Adm.	10,9	62,9	0,0	4,7	9,0	4,1	0,7	7,6	100,0
Agrop. e prod. extr.	1,6	6,9	1,9	41,9	12,1	7,9	10,5	17,1	100,0
Ind. transf. e constr. civil	1,7	7,5	0,1	69,7	5,9	3,5	2,2	9,3	100,0
Com. e ativ. aux.	4,6	10,4	0,0	9,4	60,5	4,6	2,4	8,2	100,0
Transp. e comun.	1,0	5,2	0,0	7,8	7,2	70,9	1,5	6,2	100,0
Prest. serv.	3,5	5,4	0,0	12,1	8,9	3,1	56,4	10,5	100,0
Outras	6,6	12,0	0,2	18,3	9,5	5,5	3,0	44,9	100,0
<i>Total</i>	<i>12,4</i>	<i>15,5</i>	<i>0,3</i>	<i>21,0</i>	<i>14,6</i>	<i>12,6</i>	<i>9,6</i>	<i>13,9</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pnad 1996.

Ao contrário do que ocorre com a mobilidade intergeracional, a mobilidade de carreira é bem menor. A maioria dos indivíduos permanece na posição na qual iniciou sua carreira. Por exemplo, 71% dos chefes que iniciaram sua carreira em profissões relacionadas à transporte e comunicação permaneceram nessa situação. Nas demais áreas a percentagem ficou em torno de 60%, ou seja, uma imobilidade alta.

A mobilidade de carreira tende a ser mais baixa do que a intergeracional. Isso se deve, em grande parte, ao menor horizonte temporal entre os pontos de partida e de chegada.

Dentre os chefes que experimentaram mobilidade, a exemplo do que foi observado com a mobilidade intergeracional, predominou a ascensão social. A parcela de chefes que se localizaram melhor na escala ocupacional foi maior do que a parcela que piorou sua posição.

Analisando os dados de acordo com a origem dos indivíduos, observa-se que os estratos de nível mais elevado (técnico e administrativo) são os de maior imobilidade. A surpresa se dá no elevado nível de imobilidade no estrato manual não qualificado (no caso relacionado a transporte), com 71% de imobilidade, ou seja, os indivíduos que nela entram têm dificuldade para sair.

Nos estratos considerados inferiores a esse, por sua vez, percebe-se que a imobilidade é menor. Em outras palavras, a mobilidade ascendente é muito superior nos estratos baixos que nos estratos medianos.

Dessa forma, no mundo das ocupações manuais, foi surpreendente constatar que as chances de melhoria de *status* são superiores entre os trabalhadores não-qualificados que entre os mais qualificados, sugerindo uma situação na qual considerando-se uma melhor situação inicial tem-se uma menor ascensão social.

Uma outra maneira de estudarmos a mobilidade intrageracional é considerando a origem e a trajetória da mobilidade para cada grupo de atividade. Segue abaixo a tabela.

Tabela 8: Mobilidade intrageracional do chefe de família da RMSP em 1996 (b)

Grupos de ocupação do primeiro trabalho	Grupos de ocupação do trabalho principal atual								
	Téc. cient. e assem.	Adm.	Agrop. e prod. extr.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	Total
Téc. cient. e assem.	54,9	5,7	0,0	1,1	1,9	1,4	0,4	3,5	8,6
Adm.	18,3	57,2	0,0	2,6	10,4	8,4	1,7	7,9	13,3
Agrop. e prod. extr.	1,4	3,4	75,0	12,3	7,5	8,7	13,9	9,5	16,5
Ind. transf. e constr. civil	4,9	11,6	12,5	65,2	11,8	12,2	9,3	16,3	18,0
Com. e ativ. aux.	5,4	6,6	0,0	3,6	49,3	6,6	4,2	5,9	10,2
Transp. e comun.	0,6	1,5	0,0	1,4	2,7	47,7	1,3	2,1	7,2
Prest. serv.	2,6	2,2	0,0	2,9	4,5	2,8	61,2	4,7	10,1
Outras	12,0	11,7	12,5	10,8	11,8	12,2	8,0	49,9	16,1
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pnad 1996.

Ao analisarmos os indivíduos que estão no mesmo grupo, verifica-se mais uma vez que a maioria tem origem no mesmo grupo. Entre eles a imobilidade é grande, como no caso da agricultura (75%).

Percebe-se o crescimento dos grupos de comércio e de transporte. Um outro ponto a ser destacado diz respeito à origem desses chefes, temos 16,5% originados de grupos agrícolas.

Fizemos o mesmo estudo, contudo excluindo a agricultura a fim de observar melhor a transição de ocupações.

Tabela 9: Mobilidade intrageracional do chefe de família da RMSP em 1996 (b) excluindo agricultura

Grupos de ocupação do primeiro trabalho	Grupos de ocupação do trabalho principal atual							Total
	Téc. cient. e assem.	Adm.	Ind. transf. e constr. civil	Com. e ativ. aux.	Transp. e comun.	Prest. serv.	Outras	
Téc. cient. e assem.	55,6	5,9	1,3	2,1	1,5	0,5	3,9	10,1
Adm.	18,5	59,3	3,0	11,3	9,2	2,0	8,7	16,0
Ind. transf. e constr. civil	5,0	12,0	74,4	12,8	13,4	10,8	18,1	20,9
Com. e ativ. aux.	5,5	6,8	4,1	53,4	7,2	4,9	6,5	12,6
Transp. e comun.	0,6	1,6	1,6	2,9	52,2	1,5	2,3	9,0
Prest. serv.	2,6	2,3	3,3	4,9	3,1	71,1	5,2	13,2
Outras	12,2	12,1	12,3	12,8	13,4	9,3	55,3	18,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Pnad 1996.

E, para enriquecer o estudo da trajetória, no anexo teremos também uma análise por ramo de atividade no qual podemos reafirmar a característica da trajetória ocupacional dos chefes estudados. Colocaram-se alguns dados em destaque a fim de demonstrar os casos em que houve imobilidade e os que a mobilidade foram maiores (vide diagonal).

Enfim, analisando os dados estudados e o que foi apresentado no trabalho de Pastore & Valle Silva temos que o padrão básico da mobilidade no Brasil é dado pelos fluxos intergeracionais, e que a relativamente modesta mobilidade de carreira, quando relevante, é de direção ascendente. Ressalte-se ainda que uma posição inicial de carreira melhor, não garante chances maiores de mobilidade ascendente. Fica-se claro também que o estrato em posição inferior apresenta perspectivas de carreiras a longo prazo mais positivas do que o estrato imediatamente superior.

6 – Principais conclusões

Pode-se abstrair dos estudos acima que a mobilidade ocupacional no Brasil sofreu mudanças significativas ao longo dos últimos anos.

No que diz respeito à trajetória intergeracional, aquela que ocorre de pai para filho, predominaram os fluxos de curta distância, ou seja, entre grupos ocupacionais próximos.

Quanto à trajetória intrageracional, como esperado, a maioria dos chefes permanece na posição na qual iniciaram suas carreiras, sendo que a maior imobilidade se encontra nos grupos de *status* mais elevado.

Enfim, a sociedade brasileira estaria presenciando a transição de um regime de mobilidade ocupacional ditado menos pela mobilidade estrutural e cada vez mais pela mobilidade circular. Assim, a mobilidade ascendente se tornaria mais difícil, pois o ponto de partida era mais alto, as oportunidades de trabalho menores e a subida de uma pessoa na escala ocupacional passaria a depender do fato de uma outra pessoa descer, morrer ou se aposentar.

Se analisarmos do ponto de vista do mercado de trabalho, temos um período recessivo entre 1991-1992 que, combinado às medidas neoliberalizantes adotadas pelo governo, intensificou a tendência de desestruturação do mercado de trabalho já observada na década de oitenta. Houve uma grave destruição dos postos de trabalho, aumento dos níveis de desemprego, redução do assalariamento com registro e intensificação do trabalho por conta própria.

Em detrimento dessa perda de dinamismo na geração de empregos no país, as possibilidades de mobilidade ocupacional passaram a depender cada vez mais dos atributos individuais na disputa pelas vagas abertas, quais sejam escolaridade, experiência profissional, ocupação paterna e tipo de ocupação (manual e não manual).

A mobilidade não mais se dá pela geração de novos postos de trabalho como ocorreu em décadas passadas, mas sim pela troca de posições na escala ocupacional. Nesse contexto, a era da mobilidade circular foi consolidada em detrimento do enfraquecimento da era da mobilidade

estrutural. E, com isso, as possibilidades de mudanças expressivas na estrutura ocupacional brasileira tornam-se muito menores que no passado.

7 – Bibliografia

- BALTAR, P.E.A. e PRONI, M.W. **“Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade de mão de obra, emprego formal e estrutura salarial”**. In: OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J.E. (coords.) *Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta
- COMIM, A. A.(org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994. 671p.
- COUTINHO, L. (1992) **“A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as Grandes Tendências de Mudança.”** In: Revista Economia e Sociedade, nº 1, agosto de 1992. Campinas: IE-UNICAMP
- FERREIRA, M.L. e LIMA, O.M.B. **“Processo Classificatório: análise de agrupamento”**.
- GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Tese de doutoramento, UNICAMP, 1994.
- JANUZZI, P. M. (1999) **“Inserção ocupacional dos migrantes no mercado de trabalho metropolitano e paulista: uma análise a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991”**. II Encontro Nacional sobre Migração, Ouro Preto, ABEP (mimeo).
- KAGEYAMA, A. e LEONE, E.T. **“Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sócio-demográficos”**. In: *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, n.66, Campinas, 1999.
- LEONE, E.T. **“Padrões de inserção feminina na região metropolitana de São Paulo”**. In: *Mudanças no mercado de trabalho*.
- _____. (1996a) **“Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo na década de 1980”**. In: OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J.E. (coords.) *Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo: Scritta

_____. (1996b). **“Trabalho da Mulher e Renda Familiar na Região Metropolitana de São Paulo”**. In: Anais do X Encontro Nacional de Estudos

Populacionais. Caxambu: ABEP, v.1, pp 535-546.

_____. (1999). **“Emprego Feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90: Formas de expansão e natureza da inserção.”** IE, UNICAMP.

MARSHALL, T.H. **“Cidadania, Classe social e Status”**, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MATTOSO, J.E.L. **A Desordem do trabalho**. São Paulo: Editora Página Aberta

Ltda, 1995. 210p.

_____. & BALTAR, P.E.A. (1996) **“Transformações estruturais e emprego**

nos anos 90”. Cadernos do Cesit, Campinas, n.21.

_____. & BALTAR, P.E.A. (1997) **“Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente.”** In: Velloso et al. (coord). *“Brasil: Desafios de*

um País em Transformação”. José Olympio Editora.

PASTORE, J., **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**, São Paulo: Edusp,

1979. 217p.

_____. **“Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois”**. In:

BACHA, E. & KLEIN, H. A transição incompleta. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1986. Pp.31-59

_____. ; HALLER. A. **“O que está acontecendo com a mobilidade social**

no Brasil?” In ALBUQUERQUE, R.; VELLOSO, J.P.R. (orgs) Pobreza e mobilidade social. São Paulo: Nobel. pp.25-52

_____.; N.V. Silva. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação**

atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. (1996) **“Políticas para enfrentar o desemprego nos anos 90.”**

O

Estado de São Paulo, Caderno 2, D6, 14 de janeiro. São Paulo.

_____. (1998) **“Emprego e Desemprego dos jovens no Brasil dos anos**

90.” XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Belo Horizonte.

TAWNEY, R.H., **“The religion of inequality”** In: LSE on Equality. Inglaterra: LSE Books, 1995, 311p.

Anexo I: Análise da trajetória ocupacional do chefe de família da RMSP em 1996 segundo ramo de atividade (a)

ramo de atividade do primeiro emprego	ramo de atividade do emprego atual																	
	ativ. agri.	ind. transf.	const. civ.	util. pub.	comer.	trans e com.	alqj. e alim.	repar. e manut.	serv. pes.	serv. domi.	serv. dome.	entret.	serv. aux. ativ. econ.	serv. soc.	adm. pub.	set. fin.	outras	Total
ativ. agri.	0,3	31,7	14,6	1,2	12,1	6,5	8,4	5,6	0,9	4,9	4,9	0,3	3,1	3,1	1,5	0,3	0,3	100,0
ind. transf.	0,0	40,7	6,7	1,1	12,9	7,5	3,9	3,2	1,9	4,2	1,3	0,7	6,2	3,4	3,0	1,6	1,3	100,0
const. civ.	0,6	15,9	48,3	1,1	9,7	5,1	2,3	3,4	1,7	2,3	1,1	0,0	2,8	2,3	1,1	0,0	2,3	100,0
util. pub.	0,0	16,7	25,0	8,3	0,0	8,3	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	8,3	8,3	0,0	0,0	8,3	0,0	100,0
comer.	0,0	21,8	4,2	0,8	29,6	7,3	3,6	3,3	1,7	5,0	0,6	0,6	6,7	6,4	5,3	2,2	0,8	100,0
trans e com.	0,0	16,7	4,5	2,3	14,4	34,1	2,3	3,0	0,8	6,0	1,5	0,0	5,3	2,3	3,8	1,5	1,5	100,0
alqj. e alim.	0,9	20,7	5,4	0,9	18,0	7,2	27,9	6,3	0,0	4,5	1,8	0,0	0,9	3,6	0,9	0,0	0,9	100,0
repar. e manut.	0,0	23,5	4,7	1,2	9,4	4,7	3,5	43,5	0,0	1,2	0,0	0,0	3,5	3,5	1,2	0,0	0,0	100,0
serv. pes.	0,0	17,1	2,9	0,0	11,4	0,0	0,0	5,7	25,7	5,7	5,7	0,0	8,6	17,1	0,0	0,0	0,0	100,0
serv. domi.	0,0	13,9	6,3	0,0	2,5	5,1	3,8	3,8	1,3	46,8	2,5	2,5	1,3	5,1	1,3	2,5	1,3	100,0
serv. dome.	0,0	14,4	0,0	0,0	5,6	1,0	10,0	1,1	5,6	8,9	36,7	3,3	1,1	7,8	1,1	1,1	2,2	100,0
entret.	0,0	27,3	0,0	0,0	18,2	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	0,0	18,2	18,2	0,0	9,1	0,0	0,0	100,0
serv. aux. ativ. econ.	0,0	18,4	1,6	1,6	10,4	8,0	2,4	0,8	2,4	1,6	2,4	1,6	29,6	7,2	8,0	1,6	2,4	100,0
serv. soc.	0,0	14,3	1,8	0,0	6,2	3,6	1,8	1,8	0,0	1,8	3,6	0,9	0,0	48,2	8,0	5,4	2,7	100,0
adm. pub.	0,0	8,3	4,2	2,1	12,5	12,5	4,2	4,2	4,2	2,1	0,0	2,1	25,0	8,3	6,2	0,0	4,2	100,0
set. fin.	0,0	15,5	0,9	0,0	17,5	9,7	1,9	4,8	0,0	4,8	0,0	1,9	6,8	8,7	1,9	22,3	2,9	100,0
outras	0,0	30,0	5,0	0,0	15,0	5,0	5,0	2,5	2,5	0,0	0,0	5,0	5,0	7,5	2,5	0,0	15,0	100,0
Total	0,1	20,4	8,0	1,2	12,1	7,4	4,8	6,5	3,4	5,9	3,7	2,7	7,8	7,9	3,2	2,8	2,2	100,0

Anexo II: Análise da trajetória ocupacional do chefe de família da RMSP em 1996 segundo ramo de atividade (b)

ramo de atividade do primeiro emprego	ramo de atividade do emprego atual																Total	
	ativ. agri.	ind. transf.	const. civ.	util. pub.	comer.	trans e com.	aloj. e alim.	repar. e manut.	serv. pes.	serv. domi.	serv. dome.	entret.	serv. aux. ativ. econ.	serv. soc.	adm. pub.	set. fin.		outras
ativ. agri.	33,3	14,0	19,7	14,8	10,2	9,8	19,7	13,5	5,8	11,0	20,2	4,0	5,9	5,8	5,7	1,7	2,4	11,6
ind. transf.	0,0	47,8	23,9	33,3	28,8	29,8	24,1	22,5	32,7	24,8	13,9	24,0	31,4	16,9	29,9	23,3	26,2	25,5
const. civ.	33,3	3,9	35,7	7,4	4,4	4,2	2,9	4,5	5,8	2,8	2,5	0,0	2,9	2,3	2,3	0,0	9,5	7,3
util. pub.	0,0	0,3	1,3	3,7	0,0	0,5	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	4,0	0,6	0,0	0,0	1,7	0,0	0,8
comer.	0,0	10,7	6,3	11,1	27,7	12,1	9,5	9,0	11,5	12,4	2,5	8,0	14,2	13,4	21,8	13,3	7,1	11,2
trans e com.	0,0	3,0	2,5	11,1	4,9	20,9	2,2	3,0	1,9	5,5	2,5	0,0	4,1	1,7	5,7	3,3	4,8	4,5
aloj. e alim.	33,3	3,2	2,5	3,7	5,2	3,7	22,6	5,3	0,0	3,4	2,5	0,0	0,6	2,3	1,1	0,0	2,4	5,4
repar. e manut.	0,0	2,7	1,7	3,7	2,1	1,9	2,2	27,8	0,0	0,7	0,0	0,0	1,8	1,7	1,1	0,0	0,0	2,8
serv. pes.	0,0	0,8	0,4	0,0	1,0	0,0	0,0	1,5	17,3	1,4	2,5	0,0	1,8	3,5	0,0	0,0	0,0	1,8
serv. domi.	0,0	1,5	2,1	0,0	0,5	1,9	2,2	2,3	1,9	25,5	2,5	8,0	0,6	2,3	1,1	3,3	2,4	3,4
serv. dome.	0,0	1,8	0,0	0,0	1,3	0,5	6,6	0,7	9,6	5,5	41,8	12,0	0,6	4,1	1,1	1,7	4,8	5,4
entret.	0,0	0,4	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	8,0	1,2	0,0	1,1	0,0	0,0	0,8
serv. aux. ativ. econ.	0,0	3,2	0,8	7,4	3,4	4,6	2,2	0,7	5,8	1,4	3,8	8,0	21,9	5,2	11,5	3,3	7,1	5,3
serv. soc.	0,0	2,2	0,8	0,0	1,8	1,9	1,5	1,5	0,0	1,4	5,1	4,0	0,0	31,4	10,3	10,0	7,1	4,6
adm. pub.	0,0	0,5	0,8	3,7	1,6	2,8	1,5	1,5	3,8	0,7	0,0	4,0	7,1	2,3	3,4	0,0	4,8	2,3
set. fin.	0,0	2,2	0,4	0,0	4,7	4,8	1,5	3,8	0,0	3,4	0,0	8,0	4,1	5,2	2,3	38,3	7,1	5,0
outras	0,0	1,6	0,8	0,0	1,6	0,9	1,5	0,7	1,9	0,0	0,0	8,0	1,2	1,7	1,1	0,0	14,3	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0